Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 2479/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/11803/2014
PROTOCOLO	: 1525299
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DESIDROLÂNDIA – MS
ORDENADOR DE DESPESAS	: ARI BASSO
CARGO DO ORDENADOR	: PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO	: CONTRATO N. 20/2013
CONTRATADA	: LUZIA DE JESUS NANTES SANDIM
PROCEDIMENTO	: DISPENSA LICITATÓRIA
OBJETO	: LOCAÇÃO DE IMÓVEL
VALOR INICIAL	: R$ 7.800,00
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. FORMALIZAÇÃO E TEOR CONTRATO ADMINISTRATIVO. TERMO ADITIVO. LEGALIDADE E REGULARIDADE.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos do Contrato Administrativo n. 20/2013, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Sidrolândia – MS, e Luzia de Jesus Nantes Sandim, decorrente do resultado do procedimento de dispensa licitatória, cujo objeto é a locação de imóvel urbano, Lote 4, da Quadra 33, localizado na Rua Paraná, n. 912, centro, com área territorial de 366,00 m² (trezentos e sessenta e seis metros quadrados), de área construída, registrado junto ao CRI local sob a transcrição n. 1.808, no valor mensal inicial de R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), por 3 (três) meses, totalizando o valor global de R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Analisa-se, neste momento, o procedimento de dispensa licitatória (1ª fase), a formalização e o teor do contrato (2ª fase), os primeiro e segundo termos aditivos (parte da 3ª fase), nos termos do art. 120, I, II, e § 4º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76, de 11 de dezembro de 2013.

Após a análise dos documentos apresentados pelo jurisdicionado, a 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE), emitiu a análise ANA-4ICE-15262/2014, pela qual certificou a legalidade e regularidade do procedimento licitatório, o teor e da formalização contratual, e os primeiro e segundo termos aditivos. Posteriormente o Ministério Público de Contas

(MPC), emitiu o parecer ministerial PAR-MPC-GAB. 4 DR.JOAOMJR/SUBSTITUTO – 2775/2015, opinando no mesmo sentido.

DA DECISÃO

Registre-se que fora juntada aos autos toda a documentação obrigatória acerca do procedimento de dispensa licitatória (1ª fase), com fulcro no Anexo I, Capítulo III, Seção I, item 1.1.1, letra "B" da Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011 c/c o art. 120, I, do Regimento Interno desta Corte de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, e a documentação relativa à formalização contratual (2ª fase), conforme preconiza o art. 60 e seguintes da Lei das Licitações.

O instrumento contratual, bem como os primeiro e segundo temos aditivos, foram pactuados em observância às exigências do art. 55 e do art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993.

Nessas condições, e considerando que foram atendidas as exigências contidas nas Leis n. 8.666/93, bem como as normas regimentais estabelecidas por esta Corte de Contas, constata-se que o procedimento de dispensa licitatória, a formalização contratual, e os primeiro e segundo termos aditivos merecem a chancela deste Colendo Tribunal.

Diante do exposto, acolho o entendimento da equipe técnica da 4ª ICE e o parecer do MPC, e **DECIDO**:

1. pela **legalidade** e **regularidade** do procedimento de dispensa licitatória (1ª fase), celebrado entre a Prefeitura Municipal de Sidrolândia – MS e Sra. Luzia de Jesus Nantes Sandim, constando como ordenador de despesas o Sr. Ari Basso, prefeito municipal à época, conforme o disposto no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, c/c o art.120, I, "b", do RITC/MS, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013;

2. pela **legalidade** e **regularidade** da formalização e teor do Contrato Administrativo n. 20/2013, conforme o disposto no art. 59, I, da LCE n. 160, de 2 de janeiro de 2012, c/c o art.120, II, do RITC/MS;

3. pela **legalidade** e **regularidade** dos primeiro e segundo termos aditivos ao Contrato n. 20/2013, com fulcro no art. 59, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 120, § 4º, do RITC/MS;

4. pela **intimação** do resultado deste julgamento às autoridades administrativas competentes, observado o disposto no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

5. pela **remessa** dos autos à 4ª ICE para acompanhamento da execução do objeto (3ª fase);

Campo Grande, 29 de março de 2017.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

lmrb